

O LIMITE DAS ESTATÍSTICAS DE MEDIÇÃO DA POBREZA: ELUCIDAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS OU INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO?

ELSA SOUSA KRAYCHETE*

1. A NOÇÃO E A MENSURAÇÃO DA POBREZA ADVINDAS DAS ORGANIZAÇÕES DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A concepção de desenvolvimento que emerge do Banco Mundial no início dos anos 90 afirma que, “*sem conhecer a real situação dos pobres, os governos não podem adotar estratégias desenvolvimentistas adequadas nem políticas mais eficazes para combater a pobreza*” (Banco Mundial, 1990: 25). Esta afirmação é seguida por intensa mobilização de recursos intelectuais e financeiros voltados à construção de metodologias que resultassem na definição de novos índices de mensuração da pobreza.

Em meados daquela década, a Organização das Nações Unidas (ONU) compôs uma comissão integrada por consultores internacionais com a incumbência de construir indicadores de estatísticas sociais mínimas que definissem áreas prioritárias para ações destinadas à minoração da pobreza e, ao mesmo tempo, constituíssem parâmetros para a avaliação das políticas em cada país. O resultado desse trabalho foi apresentado em 1996, contendo as seguintes recomendações: 1) definição de áreas prioritárias de políticas sociais e de indicadores sociais mínimos, a ser elaborada em cada país, e que serviria de base para a produção de relatórios nacionais e internacionais e no monitoramento de programas sociais; 2) realização de Encontros de Especialistas em Pobreza e 3) elaboração de um relatório internacional sobre o desenvolvimento social (cf. Nações Unidas, 1996).

Quanto à indicação de áreas prioritárias, foram destacados cinco itens como merecedores de atenção especial: *população e desenvolvimento, erradicação da pobreza, expansão do emprego produtivo e redução do desemprego, integração social e relações de gênero*. O tema da pobreza perpassa todos os itens enumerados e são traçadas orientações metodológicas que viriam a balizar a construção dos indicadores de medição da pobreza, com cada país escolhendo os critérios para a elaboração dos seus índices. Para os países em desenvolvimento, a recomendação é que estes deveriam ocupar-se, prioritariamente, em mensurar a pobreza absoluta, já que amplos segmentos da sua população não possuíam recursos mínimos necessários à sobrevivência (idem). Os esforços empreendidos na direção da confecção destes indicadores resultam em formas variadas de caracterização da pobreza: pobreza como derivada da insuficiência de rendas; pobreza como precariedade de inserção no mercado de trabalho; pobreza como inacessibilidade aos bens e serviços públicos; pobreza como privação de direitos e pobreza como exclusão social.

Por sua vez, ao elaborar o conceito de *Desenvolvimento Humano Sustentável*, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) implementou esforços no sentido de criar um índice de medição do desenvolvimento que não tivesse a renda como variável principal. Tal noção, que presidiu a elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tem o desenvolvimento como um processo baseado na ampliação das *capacidades dos indivíduos*, com vista a alargar as *oportunidades* que lhes permitissem a aquisição de conhecimentos que, por seu turno, possibilitassem o acesso à renda necessária à manutenção de um padrão de vida digna, longa e saudável (cf. PNUD, 1992).

A completa definição de desenvolvimento humano sustentável requer que: (a) o crescimento seja uma condição necessária mas não suficiente para o desenvolvimento humano, já que por si só não melhora o nível de vida dos indivíduos; (b) seja garantida a equidade de oportunidades para todos, permitindo que os indivíduos participem e se beneficiem dos resultados do crescimento econômico; (c) a sustentabilidade do desenvolvimento tenha como finalidade não só a distribuição equânime dos recursos capazes de suprir as necessidades das gerações atuais como das gerações futuras e (d) sejam criadas condições que possibilitem a participação dos indivíduos nas decisões e processos que dizem respeito a suas vidas (cf. PNUD, 1992).

O conceito de desenvolvimento humano está centrado nas noções de *igualdade de oportunidades* para que os indivíduos possam ter acesso aos bens e

serviços básicos e, a partir de um patamar equânime, tenham suas *capacidades* ampliadas. A igualdade de oportunidades e a ampliação das capacidades teriam como objetivo a elevação do padrão de vida dos pobres, alvo do desenvolvimento humano sustentável. Segundo o PNUD, a escassez de recursos nos países periféricos recomenda que as políticas sociais nesses espaços sejam guiadas a partir da eleição de grupos-alvo, aos quais deveriam ser providos serviços sociais básicos — educação, saúde, nutrição e saneamento básico — de modo a suprir suas carências. O preenchimento dessas carências teria em vista, por um lado, a ampliação das capacidades dos indivíduos, igualando-os com vista à competição no mercado e, por outro, seria um meio para elevar a eficácia dos recursos escassos.

A eleição de grupos-alvo orienta, metodologicamente, no sentido de que a pobreza possa ser medida tanto de maneira absoluta quanto relativa. A *pobreza absoluta* seria aquela que engloba o indivíduo ou grupo familiar cuja renda é apenas suficiente para adquirir uma cesta de bens e serviços que o ser humano requer como mínimo para sobreviver. Já a *pobreza relativa* constituir-se-ia pelos indivíduos cujo nível de renda está abaixo da metade do rendimento mediano de outros grupos de indivíduos ou de uma outra sociedade.

A noção de pobreza absoluta comporta a demarcação de *linha de indigência* e *linha de pobreza*. A pobreza absoluta tem por base um nível de renda necessário para a estrita reprodução do indivíduo ou grupo familiar. Os indivíduos ou grupos familiares abaixo desta linha são classificados entre os que vivem em situação de pobreza extrema. Definida a linha de indigência ao nível da renda mínima necessária à reprodução calórica, aplica-se um multiplicador para agregar as despesas necessárias para suprir os gastos com vestuário, aluguel e transporte de modo a se obter a linha de pobreza (cf. Banco Mundial, 1990).

A demarcação de uma linha de pobreza distribui o conjunto dos pobres entre os que são classificados como *extremamente pobres* e os *pobres*. Esta ordenação norteará a definição das políticas para cada um destes segmentos sociais. Aos extremamente pobres são prescritas políticas de assistência de caráter filantrópico, a exemplo da concessão de “bolsas” com finalidades diversas. Já para os pobres as políticas são voltadas para a inserção desse contingente da população no mercado. As políticas de acesso aos mercados de terra e créditos destacam-se entre as mais praticadas.

A orientação metodológica que resulta na distinção entre pobreza absoluta e pobreza relativa guarda sintonia com as idéias de autores liberais, a exemplo

do filósofo John Rawls (1981) e do economista Amartya Sen (2000; 2001), que, partilhando da concepção de justiça distributiva, figuram entre os pensadores que inspiram as políticas de minoração da pobreza oriundas das organizações da cooperação internacional. Em linhas gerais, ambos os autores concordam que há desigualdades que devem ser reparadas, por resultarem de distribuição desigual de liberdades e oportunidades, enquanto outras podem prescindir de correções.

Para Rawls (1981), a justiça como equidade prevê que, numa ordenação lexicográfica, *as liberdades* devem ser maximizadas para todos, *as oportunidades* aproximadamente iguais (o que pressupõe orientação reparatória, em particular, através da educação, vigilância sobre a concentração excessiva da riqueza e à herança que possam trazer distorção demasiada às oportunidades de realização) e *a renda* pode ser desigualmente distribuída desde que traga benefícios para todos. Segundo este princípio, as desigualdades econômicas se justificam caso venham em favor dos menos favorecidos.

A garantia da mais ampla liberdade a todos demanda o prévio atendimento das necessidades básicas — garantia da integridade física, acesso à água potável e saneamento básico, atendimento de saúde e educacional e nutrição adequada —, condição necessária para que os indivíduos tenham condições de valorizar e exercer de forma proveitosa as liberdades e direitos dos cidadãos. Para garantir uma *sociedade bem ordenada* com todos os indivíduos a gozar da liberdade de forma mais ampla, a precondição é que tenham sido atendidas as necessidades básicas. Uma sociedade bem ordenada exige que seja garantido um mínimo social.

Sem desacordos essenciais com a visão rawlsiana de justiça, Sen (2001) ocupa-se, no debate sobre desigualdade e pobreza, prioritariamente, da dimensão de avaliação dos estados sociais e da abertura de espaço para que os indivíduos possam implementar, a partir dos seus funcionamentos e capacidades, seus planos de vida, de forma a levar a vida que desejarem. Exige, para seguir nessa direção, que sejam removidas as principais fontes de privação das liberdades: pobreza, carência de oportunidades econômicas, negligência dos serviços públicos e tirania, entre outras. Livres das privações, os caminhos se abrem para que os indivíduos possam fazer suas escolhas e exerçam sua condição de agente. Detendo oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino.

A questão da desigualdade, em Sen, é tratada como desigualdade de oportunidades pela privação das liberdades básicas. A desigualdade de que fala Sen

é, primordialmente, a que investe contra o indivíduo, dada a ausência de iguais condições básicas de existência. A persistência do autor em destacar fenômenos como diferenças étnicas, incapacidade física e mental, relações de gênero ou de acesso à saúde, à educação e ao saneamento básico decorre que, em muitas situações, a renda não pode ser convertida em capacidades. Assim, não basta prover renda. A renda não conduz, necessariamente, à expansão das capacidades, condição para o exercício da liberdade básica para o desenvolvimento. O exemplo citado como suporte a esta afirmação é o seguro-desemprego, que provê renda mas não permite que as pessoas tenham liberdade para escolher a melhor atividade de acordo com os seus interesses. É de se perguntar se essa liberdade é possível a um desempregado.

O espaço da igualdade na concepção seniana deve ser buscado nas liberdades substantivas, com as políticas públicas dirigindo-se para atender à melhoria das condições de vida das pessoas, em especial às mais pobres. Nesta passagem, Sen explicita sua visão de *justiça como equidade*, de onde deriva a concepção das políticas públicas voltadas para a promoção das capacidades dirigida a grupos-alvo, o que condiz com as políticas que direcionam maior atenção aos absolutamente pobres, mesmo que o objetivo seja a potencialização das liberdades substantivas que, em sua concepção, abre caminho para que o indivíduo se estabeleça na condição de agente e, a partir dessa situação, seja capaz de fazer, livremente, as escolhas que afetarão sua vida.

2. POBREZA E DESIGUALDADE

No movimento para definir uma metodologia de mensuração da pobreza, o Banco Mundial (1990: 27) faz uma distinção: *“Pobreza não é o mesmo que desigualdade. Há que enfatizar essa diferença. Enquanto pobreza diz respeito ao padrão de vida absoluto de uma parte da sociedade — os pobres —, desigualdade se refere a padrões de vida relativos a toda sociedade”*. Com esta separação fica delimitado o espaço em que o tema da pobreza é posto em discussão no âmbito da instituição: não se quer discutir as relações sociais responsáveis pela determinação da distribuição da renda e da riqueza nas sociedades capitalistas, mas tomar a pobreza como uma categoria em si.

Apreendida de forma dissociada do modo de produzir e distribuir próprio do capitalismo, a noção de pobreza desaparece como categoria social. Circunscrito à esfera da circulação, ao consumo de bens privados e coletivos, o conceito deixa de estar associado às relações de produção e distribuição que predominam no capitalismo. Nesse modo de produção, a forma que assume

a repartição social tem suas origens na posição das classes sociais no momento da produção. Este momento fornece os limites e as possibilidades de cada classe no seu próprio âmbito (cf. Marx, 1984). E mais: distribuição, nessa concepção, não se restringe à distribuição de bens. Para Marx (1982: 11-12),

na sua concepção mais banal, a distribuição aparece como distribuição dos produtos e assim como que afastada da produção, e, por assim dizer, independente dela. Contudo, antes de ser distribuição de produtos, ela é: primeiro, distribuição de instrumentos de produção, e, segundo, distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes tipos de produção, o que é uma determinação ampliada da anterior (subordinação dos indivíduos a relações de produção determinadas)

A pobreza, segundo esta perspectiva, não se restringe à esfera da distribuição tomada como um suceder de atos que se concluem num único ciclo, mas relaciona-se com a distribuição e a produção, numa interação continuada e ampliada. Apreendida em sua complexidade, a elucidação das desigualdades sociais compreende não só a distribuição de produtos, com a renda sendo a variável mais importante, como também a definição do lugar que os indivíduos ocupam numa sociedade regida pela exploração do trabalho.

A distribuição de meios de produção prévia à distribuição de produtos, ao definir relações sociais a partir da desigual propriedade e da exploração do trabalho, contrapõe-se à visão das desigualdades de oportunidades, com a sociedade tomada como organizada a partir da relação entre indivíduos. Observada pelo ângulo da sociedade composta por classes sociais, a distribuição da renda resulta das relações sociais de produção que cria e procria as desigualdades. As desigualdades, dessa forma, não podem ser reparadas sem que o próprio sistema gerador das desigualdades seja posto em questão. Por conseguinte, sob tal perspectiva, a pobreza decorre da expansão das relações sociais próprias do capitalismo. Ainda segundo Marx (1984: 209),

a força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício do seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior seu pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista

A visão que analisa as desigualdades como decorrentes de oportunidades desiguais e propõe ações de combate como acesso à educação e saúde, melhoria das condições nutricionais, por ficar restrita à órbita da distribuição, não chega a reverter a ordem social que gera desigualdades no capitalismo. As políticas afirmativas a partir da estratificação social por etnias, gênero e raça e as noções de cidadania que propugnam que os direitos sociais alcancem os trabalhadores são tentativas de remediar a situação sem, contudo, atingir seu âmago. Em debate com Sen, defensor, como visto na seção anterior, da igualdade de oportunidades como lastro para a garantia das capacidades básicas, Domingues (2003: 68-69) assevera que

ele se interessa apenas por garantir capacidades básicas ou por multiplicar as liberdades, sem jamais questionar como esses problemas surgem no mundo nem aspirar ao fim dos privilégios no campo da distribuição. Sua abordagem deveria ser vista, portanto, como um recuo em relação à social-democracia. É bem adequada às políticas de “equidade” típicas dos programas compensatórios e de alívio à pobreza do neoliberalismo contemporâneo, e acaba por fazer coro com ele intelectualmente no que se refere à sorte de programa que visa pôr em prática. A cidadania e o Estado do Bem-Estar, esquemas filosóficos baseados em noções como a “posição original” de Rawls no que concerne à esfera distributiva (...) e perspectivas similares não encaram de frente a dominação, antes aceitando compromissos ou tentando driblá-la. Mas retêm aquele momento universalizante do liberalismo em seus momentos originalmente utópicos, com sua demanda de abolir a dominação e estabelecer a igualdade. Sen desistiu disso e contenta-se com medidas discretas que não requerem direitos universais e a igualdade das capacidades no reino da distribuição, para não falar daquele da produção e da propriedade

Tomada como uma categoria em si, isolada de relações sociais concretas, “a noção de pobreza exprime sempre uma noção de carência (de dinheiro, educação, dignidade etc.) em relação a uma norma de referência que vai separar a ‘normalidade’ da pobreza. (...) Os pobres são, antes de tudo, definidos, designados, detectados pelo que não têm ou pelo que não são” (Salama e Destremau, 2001: 110).

Despreocupadas com os processos que conduzem à pobreza e à desigualdade, as estatísticas ganham lugar privilegiado nas investigações sobre a pobreza. A contagem do número de pessoas pobres e a estratificação destas

segundo critérios previamente definidos têm na estatística uma ferramenta importante.

3. A FETICHIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS

Ao tempo em que a pobreza foi destacada, no debate sobre a retomada do desenvolvimento, como uma categoria específica, os órgãos da cooperação internacional envidaram esforços no sentido de definir metodologias estatísticas que atendessem aos pressupostos teóricos que passam a embasar a nova concepção de pobreza no seio deste debate. Mais do que nunca, é preciso reafirmar que a estatística não é uma ciência neutra. Mais ainda, é preciso distinguir *a* estatística e *as* estatísticas. Com base em Jean-Louis Besson, Mendonça (2000: 179-180) afirma que

a primeira (a estatística) consiste no conjunto de técnicas matemáticas de tratamento dos dados numéricos que, possuindo um caráter universal, leva boa parte dos casos, ao esquecimento de que os fatos numéricos não provêm de uma simples “operação medida”. Já as estatísticas são o resultado das observações realizadas, consistindo em “fatos construídos”, onde a observação nada mais é do que um processo de definição do objeto. Logo, se revela uma clivagem/confusão muito comum no domínio da estatística: aquela que contrapõe os fatos enquanto construções e os resultados estatísticos como medida da realidade (grifos do autor)

Em complemento, esse autor afirma que “*as estatísticas não se reduzem a uma ‘fotografia’ quantitativa da realidade que, supostamente, seria a mesma para todo e qualquer observador. Na medida em que tal questão pouco se coloca, a discussão volta-se, assim, para a semelhança entre a ‘fotografia’ e a realidade*” (idem: 180). Diante desta situação, a saída consiste em trabalhar criticamente o instrumental estatístico. Em primeiro lugar, é preciso ter em conta que “*as estatísticas são sempre imagens de sínteses, elas representam não situações individuais mas a média dessas situações*” (ibidem). Inerente ao modo de agir estatístico, a objetivação (passagem das observações particulares carregadas de subjetividades para a busca da universalização em uma medida) implica que as situações individuais sejam agregadas a ponto de serem anuladas. Mesmo quando se pretende apreender a realidade de forma multidimensional, a objetivação própria do modo de agir estatístico — visando superar a subjetividade, o acaso — traduz-se em índices que não

retratam a realidade em sua inteireza. Ainda na direção de trabalhar, criticamente, o instrumental estatístico, é necessário, segundo Mendonça (ibidem),

que se renuncie à concepção das estatísticas como medida e se admita que estamos diante de uma observação — logo, modelização. Assim sendo, pouco se pode entender sem estudar o processo da observação estatística, já que elas, em si mesmas, não têm finalidade alguma, sendo sempre relativas e variando de acordo com o ângulo da observação de quem as produz

Em outras palavras, o que Mendonça quer afirmar é que o processo de objetivação é dirigido por opções teóricas, que traz consigo uma definição prévia do objeto a ser observado do ponto de vista da estatística, e por filiação institucional, a qual, em última instância, definirá como, por quê e para quê a pobreza deve ser mensurada. Frente ao recente debate sobre a definição de índices que venham medir melhor o número dos pobres e servir de suporte para definições de pobreza, Salama e Destremau (2001: 107) postulam que,

longe de serem neutros, os indicadores de pobreza refletem, na maioria dos critérios e dos patamares, a definição dada à pobreza, o julgamento de valor projetado sobre ela e sobre os pobres, o quadro filosófico, ético e ideológico no qual a operação se inscreve, e, forçosamente, também, a organização, a instituição, o interventor ou outros prescritores que executam o projeto

Dessa forma, a opção por um determinado procedimento metodológico é dirigida pelo posicionamento quanto à definição da pobreza, suas causas e manifestações. E os dados e informações assim apurados servirão de substrato para a elaboração de diagnósticos que nortearão intervenções sociais de parte de organizações, tais como instituições internacionais, Estados Nacionais, Igrejas e formadores de opinião, entre outros. Cada interventor “*tem a sua motivação, suas representações do que seja a pobreza e por quê é desejável medi-la ou conhecê-la. E, enfim, cada um tem seus remédios*” (idem: 108).

Historicamente, o Estado moderno tem sido o principal interessado nas estatísticas agregadas. Desde suas origens, e guiado pela racionalidade, ele buscou o instrumental estatístico como apoio para traçar diagnósticos e medir a eficácia das políticas implementadas com diversas finalidades. Foi na Europa do decorrer do século XIX que foram fincadas as raízes do interesse pela reunião de dados e informações concernentes à pobreza. A ruptura verificada

ao longo daquele século nas condições de vida dos pobres (o surgimento do pobre resultando da dinâmica econômica inaugurada pela Revolução Industrial), na visão acerca da pobreza (que os pobres constituíam uma ameaça à sociedade) e, em decorrência, a emergência de diretrizes no sentido de criar um novo aparato regulatório capaz de lidar com os indigentes fisicamente desamparados e os trabalhadores desempregados, demanda a quantificação do número de pobres e a classificação destes em categorias.

Ainda no século XIX, a necessidade de implementar medidas nas áreas de higiene pública e epidemiologia também exigiu dados e informações que contribuíram para o desenvolvimento das estatísticas sociais. No século seguinte, por sua vez, o interesse pela quantificação da pobreza foi explicitado de forma especial em dois momentos. O primeiro diz respeito à emergência do desenvolvimentismo, na conjuntura do imediato pós-Segunda Guerra, como parte da construção de um novo “território” geográfico e político denominado Terceiro Mundo. Desta feita, objeto de política em escala mundial, a mensuração da pobreza demanda não só a quantificação do número de pobres em espaços delimitados como orienta o aprimoramento de técnicas capazes de estabelecer o confronto entre países e regiões. É representativo desse momento o desenvolvimento de técnicas estatísticas comparadas, tendo a renda como variável principal.

O segundo momento corresponde ao atual, quando uma nova guerra à pobreza é declarada. As armas teóricas que orientam a construção que as estatísticas sobre a pobreza passaram a assumir são as expostas na primeira parte deste texto. O desenvolvimento das estatísticas nos últimos dois séculos tem sua história ligada às necessidades dos Estados Nacionais e às organizações internacionais, como instrumentos de conhecimento da sociedade e de ação sobre a realidade. Atento ao papel das organizações na construção das estatísticas, Mendonça (2000: 188) afirma

o papel das organizações [na formalização estatística] que lhe dão suporte e a tornam necessária. Isso é da maior importância na medida em que, para além de constituírem uma linguagem interna, as estatísticas dependem de uma externalidade que lhes é conferida pelos interesses organizacionais. São as organizações que modelam os objetos externos, modelando a visão da sociedade, realizando-se, assim, o objetivo interno. Logo, o conhecimento não corresponde à realidade, já que convém, mais ou menos, à organização. Opera-se, assim, um deslizamento, onde a noção de correspondência entre as estatísti-

cas e a realidade é substituída pela conveniência às organizações, uma vez que da construção dos indicadores estatísticos dependerão as mais diversas formas de ação sobre a realidade

Em resumo, podemos finalizar nossa reflexão com duas observações. Em primeiro lugar, é possível afirmar que, ligada às organizações, a construção das estatísticas deriva de orientações teóricas e disputas sociais que se mostram presentes nas instituições num período histórico dado. Assim, as leituras da realidade promovidas por tais instituições a partir das estatísticas variam ao longo do tempo, resultado que são dos embates sociais. Por fim, concluímos que as estatísticas, ao tempo em que se constituem em instrumentos eficazes para a ação planejada das instituições, não revelam a mesma força para a elucidação da realidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Banco Mundial. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial – 1990**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1990.
- Domingues, José Maurício. “Amartya Sen, a liberdade e o desenvolvimento”. **Novos Estudos Cebrap**, 65: 57-70. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), 2003.
- Marx, Karl. **Para a crítica da Economia Política**. Trad. de Edgard Malagodi. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- _____. **O Capital: crítica da Economia Política**. Vol. III, Tomo I. Trad de Régis Barbosa e Flavio Kothe. São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- Mendonça, Eduardo Luis de. **A pobreza no Brasil: medidas e sentidos**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2000. (mimeo)
- Nações Unidas. **Social Statistics: follow-up to the world summit for social development**. Nova York, Working Group on International Statistical Programmes and Coordination, 1996.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). “Uma estratégia para a superação da pobreza na América Latina/Projeto Regional para a superação da pobreza na América Latina”. **Estudos Avançados**, 16 (6). São Paulo, Instituto de Estudos Avançados (IEA)/Universidade de São Paulo (USP), 1992.
- Rawls, John, **Uma teoria da Justiça**. Trad. de Vamireh Chacon. Brasília, Editora da UnB, 1981.
- Salama, Pierre e Destremau, Bladine, **O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda**. Trad. de Heloisa Brambatti. Rio de Janeiro, Garamond, 2001.
- Sen, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras. 2000.
- _____. **Desigualdade reexaminada**. Trad. de Ricardo Doniselli Mendes. Rio de Janeiro, Record, 2001.

** Elsa Sousa Kraychete é doutora em administração (Universidade Federal da Bahia), professora da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica do Salvador (UCSal) e membro da Equipe de Redação dos **Cadernos do CEAS**. Da mesma Autora, ver “Microcrédito: política de combate à pobreza ou abertura de novos mercados para os bancos?” (**Cadernos do CEAS**, 200: 37-48. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, jul.-ago., 2002). [ElsaSK@ucsal.br]*